



CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

LEI 813/2012

Regulamentação do Art. 80, inciso XIII da Lei Municipal 598/07 (Estatuto dos Servidores do Município de Abreu e Lima) criando o adicional de participação em Grupo Especial de Trabalho instituído para a realização de tarefas necessárias a análise da inserção do Município de Abreu e Lima no Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), conforme Leis municipais nº 682/2009 e nº 699/2010, e no Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Básicos (PMAT) e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o adicional de participação em Grupo Especial de Trabalho instituído para a realização de tarefas necessárias a análise da inserção do Município de Abreu e Lima no Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), conforme Leis municipais nº 682/2009 e nº 699/2010, e no Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Básicos (PMAT).

Art. 2º - O adicional ora criado destina-se à remuneração dos membros do grupo de trabalho referido no artigo anterior, designados pelo Chefe do Executivo e nomeados por portaria do Secretário de Administração.

Art. 3º - O prazo de vigência, os integrantes do grupo, a carga horária a ser desenvolvida e os valores a serem pagos ao grupo especial de trabalho ora instituído serão estabelecidos em ato do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo primeiro – Em determinadas situações, a depender do servidor que componha o grupo de trabalho previsto nessa lei, o adicional previsto no artigo primeiro terá natureza de verba indenizatória.

Rua Lourival de Albuquerque N.º 130 - CEP 53.560-180 - Centro - Abreu e Lima - PE Fones: (81) 3542-1907 - 2129 - Fax: (81) 3541-3780 - C.N.P.J.: 08.637.381/0001-26



CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA

“Casa de Antonio Amaro Bezerra”

Art. 4º - O pagamento dos adicionais previstos nesta lei será incluído em folha de pagamento, após ser autorizado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art.7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19 de Abril de 2012.


HERBERT VARELA FONSECA
Presidente


SEBASTIÃO PEREIRA DE ANDRADE

1º Vice-Presidente


ELIVALDO DE FRANÇA DE OLIVEIRA

2º Vice-Presidente


BEIJAMIM IVO BATISTA

1º Secretário

EDNILSON EDVALDO DA SILVA

2º Secretário